

**ASSISTÊNCIA DA ENFERMEIRA PRESTADA ÀS MULHERES GESTANTES
PRIVADAS DE LIBERDADE**

**NURSE ASSISTANCE PROVIDED TO PREGNANT WOMEN
DEPRIVED OF LIBERTY**

Cármelyn Prado Oliveira¹
Gustavo dos Santos West da Silva²
Millena da Silva Machado³

¹ Bacharel em Enfermagem pela Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF-BA);

E-mail: pradocarmelyn@hotmail.com

² Bacharel em Enfermagem pela Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF-BA);

E-mail: gustavowest8@gmail.com

³ Bacharel em Enfermagem pela Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana(UNEF-BA);

E-mail: ma_chadinha10@hotmail.com

RESUMO

Introdução: Trata-se de um estudo que busca entender a atuação da enfermagem prestada às gestantes privadas de liberdade nas penitenciárias brasileiras, devido ao aumento significativo de mulheres que vivenciam o período gravídico-puerperal dentro do presídio e por se tratar de um ambiente hostil e com diversas vulnerabilidades. Nesse sentido o presente trabalho teve como objetivo analisar como é praticada a assistência da enfermeira às mulheres gestantes privadas de liberdade, e os benefícios que a mesma traz. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, onde foi realizado o levantamento de dados nas seguintes plataformas; Scientific Electronic Library online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde(LILACS), a coleta de dados ocorreu no período anual de 2021 e 2022, tendo como recorte temporal os anos de 2017 a 2022. Após leitura dos artigos e análise de inclusão e exclusão, foram empregados na síntese sete artigos. **Resultados/Discussão:** Em resposta a temática, foi possível identificar no estudos apresentados a des(assistência) da equipe de enfermagem, e os desafios que essa equipe enfrenta para prestar uma boa assistência a essas gestantes nas penitenciárias brasileiras, sobretudo as dificuldades que as gestantes enfrentam, tendo que lidar com a falta de recursos, superlotação e exposição a diversas doenças. **Conclusão:** Conclui-se que a participação da equipe de enfermagem é de forma esporádica, diante à assistência prestada às mulheres gestantes privadas de liberdade, entretanto alguns estudos apontam a (des)assistência desta equipe com às gestantes, já que a precariedade do cenário penitenciário não contribui para que essa assistência seja qualificada, além da ausência de recursos básicos e descumprimentos de Leis.

Palavras-chave: Gestação, penitenciária, mulheres, assistência de enfermagem.

ABSTRACT

Introduction: This is a study that seeks to understand the role of nursing provided to pregnant women deprived of their freedom in Brazilian penitentiaries, due to the significant increase in women who experience the pregnancy-puerperal period inside the prison and because it is a hostile and demanding environment. with various vulnerabilities. In this sense, the present work aimed to analyze how the nurse's assistance to pregnant women deprived of liberty is practiced, and the benefits that it brings.

Method: This is an integrative literature review study, with a descriptive and exploratory character, with a qualitative approach, where data were collected on the following platforms; Scientific Electronic Library online (SciELO) and Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), data collection took place in the annual period of 2021 and 2022, with the years 2017 to 2022 as a time frame. articles and analysis of inclusion and exclusion, seven articles were used in the synthesis.

Results/Discussion: In response to the theme, it was possible to identify in the studies presented the lack of assistance from the nursing team, and the challenges that this team faces to provide good assistance to these pregnant women in Brazilian penitentiaries, especially the difficulties that pregnant women face, having to deal with lack of resources, overcrowding and exposure to various diseases. **Conclusion:** It is concluded that the participation of the nursing team is sporadic, given the assistance provided to pregnant women deprived of liberty, however some studies point to the (lack of) assistance of this team to pregnant women, since the precariousness of the penitentiary scenario does not contribute for this assistance to be qualified, in addition to the lack of basic resources and non-compliance with laws.

Keywords: Pregnancy, penitentiary, women, nursing care.

INTRODUÇÃO

Durante a gestação é notável que o corpo da mulher sofra algumas alterações, sejam elas fisiológicas e anatômicas que são fundamentais para o desenvolvimento além do crescimento adequado do embrião, assim podendo atingir vários sistemas do corpo humano, como: circulatório, respiratório, digestivo, urinário, musculoesquelético assim como também em algumas mulheres podem apresentar a dor e limitações na vida diária. As mudanças em que a mulher está suscetível acontece de maneira rápida, onde pode acabar causando impacto negativo na vida da mesma, pois muitas delas não são de conhecimento das gestantes (PASTANA *et al.*, 2018).

Dados recentes da 12ª edição da Lista Mundial da População Carcerária, mostram aumento significativo no Brasil de mulheres que vivenciam o período gravídico-puerperal dentro do presídio, tendo em aproximadamente 45.000 mulheres, sendo que entre os anos de 2000 e 2014, teve um aumento excessivo, relevando um crescimento de 567%. Ao se deparar com esse contexto cria-se um interesse em discutir a necessidade de adaptações das instituições para garantir uma boa assistência a essas mulheres gestantes privadas de liberdade em um ambiente de tantas vulnerabilidades (SILVA *et al.*, 2020).

Com todas mudanças ocorrendo no corpo desta mulher nesse período exige uma necessidade de acompanhamento e atenção vinda dos profissionais de saúde, onde irão identificar essas adaptações, também as consequências caso possam se tornar fonte e limitação para a mulher (OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, a realização do pré-natal é de suma relevância, uma vez que, impacta de forma positiva na saúde da mãe e do filho, em razão dessas ações protetivas e preventivas, intervir no processo saúde-doença (BARBOSA, 2019).

Tendo em vista que o sistema carcerário impacta de forma prejudicial as gestantes e o lactente, desde a gestação ao nascimento, faz-se necessário o apoio biopsicossocial (CHAVES; ARAÚJO, 2020). A equipe multidisciplinar tem o papel

fundamental para prestar uma assistência a essas gestantes, individualizada, tendo como base a promoção, prevenção e proteção da saúde (SANTOS *et al*, 2018). A enfermeira deve prestar uma assistência a essas mulheres, de forma humanizada, acompanhando-as em todo processo gestacional e possibilitando escuta ativa e qualificada, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade e os problemas de saúde existentes (BARBOSA *et al*, 2019).

Contudo, na tentativa de prestar uma assistência integral e humanizada, a equipe enfrenta desafios rotineiramente, que são causados devido a insalubridade dos serviços carcerários. Nesse sentido, além desses profissionais terem que lidar com o medo e a insegurança, sofrem muito com estrutura ineficaz para essas gestantes, a superlotação, recursos insuficientes, falta de profissionais, dentre outros desafios existentes (SOUZA; CABRAL; SALGUEIRO, 2018).

Desta forma, a escolha da temática se deu pelo fato de ser um assunto de extrema relevância e pouco debatido. Nesse sentido o presente trabalho teve como objetivo analisar como é praticada a assistência da enfermeira às mulheres gestantes privadas de liberdade, e os benefícios que a mesma traz. De acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) toda população tem direito de ter uma assistência integral, humanizada, e universal, isso inclui às mulheres gestantes, e dentro desse Sistema existe o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, onde visa a inclusão da população privada de liberdade no SUS. Desse modo, o mesmo possui uma linha que é direcionada à saúde da mulher, dando a elas total direito de uma assistência de qualidade.

Tendo em vista que a gestação é uma fase muito importante cheia de descobertas para mulher, pois ocorrerão diversas mudanças em seu corpo que podem impactar na sua saúde emocional, é importante ter uma assistência de saúde voltada para essa gestante, independente da sua situação buscando assim, a prevenção, diagnóstico, recuperação, e a promoção da saúde (SILVA, 2013, FÉLIX *et al.*, 2017). Dessa forma, surgiu a pergunta de pesquisa: “Como a atuação da enfermeira está inserida no contexto da assistência às gestantes privadas de liberdade e quais benefícios a mesma traz?”

1 METODOLOGIA

O presente artigo trata de um estudo de revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. Para realização da revisão integrativa, deve-se seguir algumas etapas, sendo elas: elaboração do problema, coleta de dados bibliográficos, classificação dos dados, análise e discussão dos estudos, resultados finais (CROSSETTI, 2012). A coleta de dados se deu por meio de pesquisa exploratória, com objetivo de aprofundar mais sobre um assunto pelo qual é pouco falado, através de consultas dos existentes no Descritores em Ciências (DeCS): gestação AND penitenciária, Mulheres AND assistência de enfermagem.

O levantamento de dados foi realizado nas seguintes plataformas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde(LILACS). Onde foi visado encontrar o maior número de informações possíveis para o embasamento teórico do trabalho.

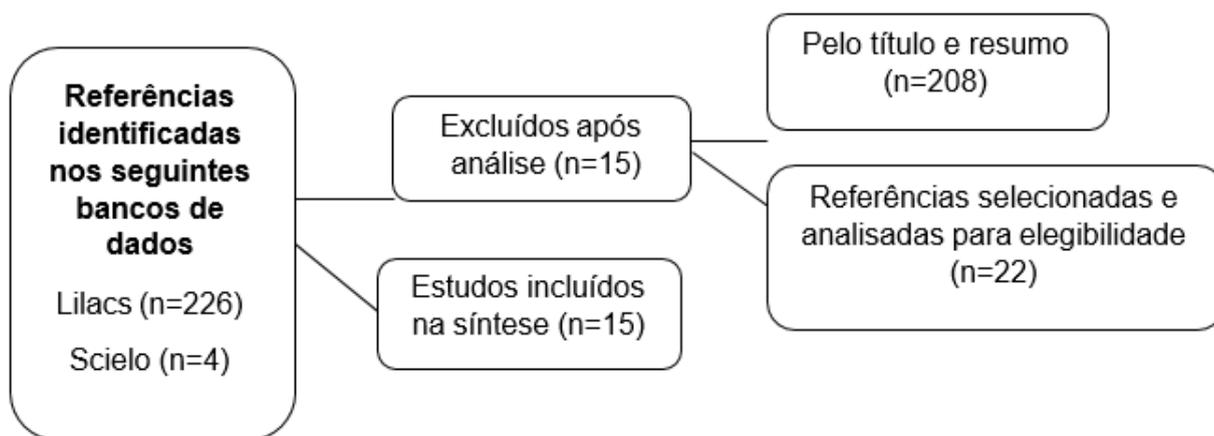
Considerando os critérios de inclusão, foram empregados neste trabalho: artigos completos, textos em português, com disponibilidade no sistema eletrônico, na íntegra, que tenham acesso permitido, completo e gratuito, publicados entre os anos de 2017 a 2022, totalizaram sete artigos, dos quais foram avaliados os resumos, introdução e selecionados a partir dos critérios pré-estabelecidos, sendo como critérios de exclusão: artigos que não abordaram a temática proposta e artigos duplicados na base de dados.

Após acessar a plataforma LILACS, utilizando como descritores "gestação AND penitenciária", foram encontrados 200 artigos, desde então, para aprimorar a pesquisa, foram utilizados os filtros: texto completo; assunto principal: prisões, prisioneiros, saúde da mulher, gestantes, mulheres, atenção à saúde, cuidado pré-natal, serviços de saúde materna totalizando 24 artigos. Foi adicionado a pesquisa, país: Brasil, idioma: português, tipo de arquivo: artigo, intervalo dos últimos 5 anos; ano de publicação: 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 restando 13 artigos. Após análise

critérios e aplicabilidade dos critérios de inclusão que tiveram dois e exclusão que tiveram 11 totalizaram-se na amostra final dois artigos com esse descritor na base LILACS. Ao pesquisar os descritores “mulheres AND assistência de enfermagem” foram encontrados 26 artigos, os filtros utilizados foram: texto completo; assunto principal: prisões, enfermagem, prisioneiros, gestantes, saúde da mulher, cuidados de enfermagem, gravidez e mulheres, totalizando 12 artigos. Foi adicionado a pesquisa, país: Brasil, idioma:português, tipo de arquivo: artigo, intervalo dos últimos 5 anos; ano de publicação: 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, restando sete artigos. Após análise criteriosa e aplicabilidade dos critérios de inclusão que tiveram três e exclusão que tiveram quatro, totalizaram-se na amostra final 03 artigos com esse descritor na base de dados LILACS.

Quanto a base de dados Scielo, ao pesquisar os descritores “gestação AND penitenciária” totalizaram-se dois artigos, ao usar os filtros: coleções: Brasil, saúde pública; Idioma: Português; Ano de publicação: 2022; SciELO Áreas temáticas: ciências da saúde; WoS Áreas Temáticas: Health; WoS Índice de Citações: Social Sciences Citation Index; Tipo de leitura: Artigo, totalizando um artigo. Após análise criteriosa e aplicabilidade dos critérios de inclusão que tiveram um artigo e exclusão que tiveram zero, totalizando na amostra final um artigo com esse descritor na base de dados SciELO. Quanto aos descritores “mulheres AND assistência de enfermagem” tiveram dois artigos, ao adicionar na pesquisa os filtros: coleções: Cuba e RVE; Idioma: Português; Ano de publicação: 2017, 2021; Periódico: Revista Baiana de Enfermagem, Revista Cubana de Enfermería; SciELO Áreas temáticas: ciências da saúde; WoS Áreas Temáticas: Enfermagem; WoS Índice de Citações: Science Citation Index Expanded; Citável e não citável: Citável; Tipo de leitura: Artigo e Artigo de revisão totalizando um artigo. Após análise criteriosa e aplicabilidade dos critérios de inclusão tiveram um artigo e os critérios de exclusão tiveram zero, totalizando na amostra final um artigo utilizado da base de dados SciELO.

Figura I. Fluxograma com as etapas de seleção dos artigos, nos períodos de 2017 à 2022, nas bases Scielo e LILACS:



Fonte: Próprios autores, 2022

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os artigos selecionados nas bases de dados, sete atendiam aos critérios de inclusão. Os estudos escolhidos estavam disponíveis na íntegra, com acesso grátis e no idioma português. O tempo de publicação dos estudos eleitos ficou entre os anos de 2017 a 2022, dos quais 2017, 2020 e 2021 acumularam o maior número de publicações, sendo 02 trabalhos em cada ano. Em 2022 contabilizou-se apenas 01 publicação por período.

Quadro I. Caracterização dos artigos recuperados segundo autores, ano, título Tipo de estudo e principais conclusões encontrados.

AUTOR/ ANO	TITULO	TIPO DE ESTUDO	CONCLUSÕES
SANTANA, Ariane; OLIVEIRA, Gleide; BISPO, Tânia 2017.	Mães do Cárcere: Vivência de gestantes frente à assistência no pré-natal	Pesquisa de campo	A pesquisa, traz a ausência da enfermagem no acompanhamento das consultas, especialmente no pré-natal, onde a presença deste profissional é de extrema importância, visto que, é o profissional que tem maior contato com o cidadão no processo de cuidado.
DALENOGARE, Gabriela et al, 2022	Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão.	Pesquisa de campo	Nesta pesquisa de campo, é possível observar que a assistência de enfermagem para com as mulheres gestantes privadas de liberdade é prejudicada, além do ambiente inadequado, a violência dentro e fora do cárcere, além da violência e solidão na hora do parto.
CHAVES, Luana; ARAÚJO, Isabela, 2020	Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil.	Pesquisa de campo	Neste artigo, é possível observar a precariedade do cenário penitenciário, além da violação dos seus direitos, e uma assistência prejudicada, que vai de contrapartida ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Traz também a informação sobre o salão, que é um local específico para as gestantes na penitenciária.

FERREIRA, Luzane de Souza et al, 2017.	Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.	Pesquisa de campo.	Nessa pesquisa de campo de acordo com as falas das próprias gestantes e puérperas pode-se notar desumanização da assistência de enfermagem, falta de suporte a essas mulheres no sistema penitenciário.
SALES, Ana Carolina et al, 2021.	Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: Revisão integrativa.	Revisão integrativa.	Essa revisão integrativa teve como objetivo buscar a situação vivenciadas pelas gestantes no Sistema carcerário no mundo, e como a assistência de enfermagem está sendo realizada onde após realizar as pesquisas pode concluir o descumprimento dos direitos das gestantes gerando uma assistência desqualificada e desumana.
SILVA, Jeferson Barbosa et al, 2021.	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica.	Pesquisa de campo.	De acordo a pesquisa de campo realizada, pode-se concluir a fragilidade da assistência de enfermagem no período gravídico-puerperal. Essas dificuldades pela qual causa grande impacto na saúde dessas mulheres, foi notado pela des(assistência) no pré-natal, violência obstétrica, sensação de abandono no parto e inadequação do ambiente tanto para gestante e filho.
ARAÚJO, Moziane et al, 2020.	Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas	Estudo descritivo	O estudo apontou que assistência nas penitenciárias estudada, é precária. Mostrando que há necessidades de melhorias, no que diz respeito a insumos de uso pessoal, alimentação, medicamentos, estrutura do presídio, dentre outros. E ressalta a importância de haver uma maior visibilidade ao problema e melhoria das condições do presídio, para com essas gestantes.

Sabe-se que a saúde da mulher no presídio está protegida pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário respaldado pelos princípios do SUS, onde garante o direito de saúde de maneira universal, mas ao realizar as pesquisas pode-se notar que o contexto é outro de acordo aos seguintes resultados encontrados: Assistência da enfermagem presente no Sistema Prisional e Ausência

da assistência de enfermagem. Os resultados divergiram a depender das penitenciárias em todo Brasil.

(Des)humanização da assistência da enfermagem presente no sistema prisional

Ao analisar os artigos científicos, foi encontrado em algumas regiões do Brasil a presença da assistência de enfermagem, onde era prestado o acompanhamento pré-natal, esquema vacinal, parto, prescrição de medicamentos (Sulfato Ferroso e Ácido Fólico) e encaminhamentos para especialidades a depender da necessidade surgida na gestação. Mesmo havendo a assistência, pode-se notar que a sua qualidade depende de lugar para lugar e de profissional para profissional. Após análise dos artigos pode-se perceber que as práticas de prevenção e promoção da saúde e os programas de saúde que devem ser prestados nesse período de tantas vulnerabilidades, principalmente por se tratar de um ambiente hostil, são praticamente inexistentes, não garantindo assim a essas gestantes os princípios que são definidos pelo SUS, para que seja garantida uma assistência humanizada.

Dos artigos usados para pesquisa, três destacavam sobre a assistência que existia na penitenciária feminina do estado do Piauí, um estado não divulgado do nordeste e o terceiro realizado no estado do Ceará, porém o mesmo artigo relatava sobre a falta de humanização do atendimento e precariedade do ambiente.

No artigo publicado por Ferreira e outros (2017); Silva e outros (2020) é notório nas falas das detentas a insatisfação relacionada a assistência prestada pela enfermagem no pré-natal, onde existe uma grande divergência quanto a qualidade em diversas regiões, em suas falas nota-se que muitas não se sentiram acolhidas e nem sentiu-se ter um atendimento humanizado, devido haver demora no atendimento, dentre vários desafios no que diz respeito ao cenário do presídio, como a superlotação, as vulnerabilidades, sobrecarga do trabalho da equipe e o suporte de recursos mínimos para que seja prestado a sua assistência. Já outras, em minoria, relataram ter um atendimento satisfatório e acolhedor.

No artigo de Santana e outros (2016); Araújo e outros (2020), foram observados a ausência da enfermagem diante a assistência do pré-natal para com

às mulheres gestantes privadas de liberdade, visto que, a presença do profissional é de suma importância para o acolhimento, orientações e conseqüentemente a prestação de assistência humanizada. A participação da enfermeira tem uma relevância significativa, já que, permite uma troca de saberes entre o profissional e a paciente, visando assim à promoção da saúde.

Considerando que o profissional de enfermagem é quem tem maior contato com o cidadão no processo de cuidado, é a peça fundamental na educação e promoção da saúde, a participação deste profissional é de extrema importância na gestação, visto que, é o momento em que a maioria das mulheres precisam de cuidado.

Na consulta de pré-natal o enfermeiro é responsável a proporcionar orientações de medidas favoráveis, realizar ação educativa, que visem uma abordagem adequada às necessidades de cada mulher, respeitando assim a individualidade e hábitos culturais. Os contatos frequentes entre a enfermeira e o paciente nas consultas permitem um melhor acompanhamento do bem estar da gestação e do feto, além de proporcionar uma detecção precoce de qualquer problema que venha interferir ou decorrer durante a gestação (SANTANA; OLIVEIRA; BISPO, 2020).

Dentre as atribuições do enfermeiro diante a consulta do pré-natal, está presente a orientação que deve ser passada tanto para as mulheres como para a família, sobre a importância do pré-natal. É obrigação do profissional enfermeiro proporcionar um acolhimento apropriado à gestante, com uma boa comunicação, ouvindo sempre com interesse, realizando orientação quanto a higiene corporal, vacinação, sobre as modificações que irão passar durante a gestação, quanto a alimentação, a pratica de atividades físicas, aos sinais do trabalho de parto, os cuidados com o recém-nascido, preencher o cartão do pré-natal, classificação de risco gestacional, dentre vários outros (SANTANA; OLIVEIRA; BISPO, 2020).

Sendo assim a participação do enfermeiro no pré-natal, contribui para que as gestantes saibam o que vão enfrentar nesta fase de vida que é tão importante para

muitas mulheres, com maior segurança e tranquilidade, uma vez que é o profissional mais apropriado para compreender, ouvir e encorajar a mulher a vivenciar este momento singular expressando seus diversos sentimentos.

2.1 Sistema prisional: vulnerabilidades das gestantes encarceradas e precariedade no cenário penitenciário

Embora as gestantes sejam asseguradas por Lei nº 11.942 de 28 de maio de 2009, tendo o direito de ter uma assistência humanizada, onde a equipe possa acolhê-las durante a gestação, parto e puerpério, a realidade da maioria das penitenciárias brasileiras vai em contrapartida no que está legalizado, pois ao invés de terem esses direitos ofertados, enfrentam diversos desafios, no que diz respeito as condições do presídio, tendo que lidar com a ausência de enfermarias, com a superlotação das unidades e além disso, lidam com estruturas precárias, tais como: infiltração e pouca ventilação, o que torna o ambiente repleto de vulnerabilidades e expondo essas gestantes a inúmeras doenças. Dessa forma, buscou-se saber o que as detentas vivenciaram sobre esse cenário. Onde após a leitura de alguns artigos, quando questionadas referente a cenário do presídio, as gestantes encarceradas relataram haver um descaso do serviço penitenciário para com elas, e que além disso convive em um ambiente precário (SOUZA; CABRAL; LEITE-SALGUEIRO, 2018).

Em artigo publicado por Araújo e outros (2020), pode-se notar nas falas de algumas detentas a insatisfação, com ambiente no qual vivenciam, onde as mesmas relatam não ter o mínimo, que é contar com insumos, medicamentos e materiais necessários para as suas necessidades básicas, além de se um ambiente que oferece riscos a elas, como presença de moscas, local superlotado, falta de higiene, pouca ventilação, segundo os relatos apresentados.

No artigo publicado por Dalenogare e outros (2018) relata que para as mulheres garantirem o alojamento no salão, que é um dos locais específicos para as

gestantes na penitenciária, é necessário a comprovação da gravidez, portanto, logo na chegada essas mulheres solicitam acesso à Unidade Básica de Saúde Prisional (UBSp) para realizar o teste rápido de gravidez. Para essas mulheres a confirmação da gestação lhe garantiria maior proteção, seja em função dos cuidados à saúde no pré-natal, ou mediante a possíveis conflitos com mulheres de outras facções ligadas ao crime. Aquelas que desejam permanecer com seus filhos após o parto são encaminhadas para uma penitenciária que possui uma Unidade Materno Infantil (UMI), onde seria um local adequado para que permaneçam, no entanto, essas mulheres relatam que esse espaço também não possui infraestrutura, descrevendo assim o local como insalubre e inadequado às necessidades mínimas de uma gestante, além de relatarem a privação de sono, alimentação precária, o medo de adquirir doenças pelas más condições de higiene do espaço, onde muitas relatam sentir cheiro de xixi de gato, sendo que o animal é um grande causador de risco tanto para a mãe como para o feto devido suas fezes, serem propícias para a toxoplasmose, além da assistência à saúde insuficiente, dificuldades de acesso a vacinas, exames de ultrassonografia e de sangue e consulta de pré-natal.

Diante as falas das gestantes, é possível observar que além da precariedade do cenário penitenciário, há uma violação dos seus direitos, e a assistência prestada à elas vai de contrapartida ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário que assegura a inclusão da população privada de liberdade no SUS, dando a elas total direito a uma assistência qualificada. De acordo com Chaves e Araújo (2020) este plano foi o primeiro, ainda incipiente, que visa a necessidade da realização de pré-natal, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, além do artigo ressaltar também sobre a Lei nº 11.942/2009, que estabelece a garantia ao acesso à saúde à gestantes, assegurando assim, uma assistência integral à saúde da mulher que está gestante em situação de privação de liberdade e ao seu bebê após o nascimento.

É perceptível através das falas que esses direitos não estavam sendo ofertados, as gestantes passavam por situações nas quais as colocava em risco e a assistência não era adequada como deveria ser, tendo em vista que o feto é o principal prejudicado por essa ausência, portanto os profissionais deveriam levar em

consideração que o embrião durante a formação vai absorver pra si tudo que essa mãe está passando durante a formação do feto, sejam as angústias, situações físicas e psíquicas, por isso é fundamental prestar uma assistência adequada, uma escuta qualificada, e o comprometimento com as consultas de pré-natal.

Outro problema identificado nos estudos nacionais relaciona-se à ausência de acompanhante durante o parto, como deveria ser garantido pela Lei no 11.108, de 7 de abril de 2005, que prevê, no art. 19: “O Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato”. Ao realizarmos as pesquisas revisando os artigos publicados, nota-se também a comunicação ineficaz entre a penitenciária e os familiares, tendo como resultado 9% das famílias não sendo avisadas quando as mulheres privadas de liberdade (MPL) entram em trabalho de parto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a maioria dos resultados apresentados, notou-se a participação da equipe de enfermagem, de forma esporádica nas penitenciárias brasileiras, no que diz respeito a assistência prestada as mulheres gestantes privada de liberdade, por meio de cuidados essenciais, como acompanhamento de pré-natal, esquema vacinal, dentre outras. No entanto, outros estudos apontam uma (des)assistência da equipe de enfermagem para com essas gestantes, visto que a equipe enfrenta diversos desafios, no que diz respeito ao cenário do presídio e na ausência de recursos básicos para que seja garantida uma assistência de qualidade, além da falta de humanização, descumprimentos de algumas leis, como a falta do acompanhante, comunicação da penitenciária e familiares precários.

Frente ao exposto, nota-se que há uma necessidade em ofertar a essas gestantes, um espaço que atenda às suas necessidades com uma infraestrutura qualificada, sobretudo o apoio de uma equipe multidisciplinar para que possam acompanhá-la antes, durante e após a gestação. Desta forma, cabe aos

representantes de governo de cada estado brasileiro, adotar medidas de caráter inclusivo, universal, de ações preventivas e humanizadas, que estão legalizadas na política do SUS, além de ofertar educação permanente em saúde não apenas aos profissionais da equipe de enfermagem, mas, sim a toda equipe, de modo que sejam ofertados acolhimento, escuta ativa e qualificada, promoção, proteção e recuperação da saúde a essas gestantes. De acordo todo o estudo realizado, pode-se chegar ao objetivo proposto desde início para analisar os benefícios da assistência de enfermagem às mulheres gestantes privadas de liberdade, porém ainda trata-se de um tema pouco abordado e que sugere mais atenção voltada a esta temática para incentivar a mudança dessa realidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.M et al. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/QHkfskQfG88yTr3yWBPfcMs/?format=pdf&lang=pt>

BARBOSA, M.L. Ações de enfermagem para as pessoas privadas de liberdade: uma scoping review. Scielo, **Esc Anna Nery**;23(3), 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/8W3787SLwcbMmyTtYDzLNq/?lang=pt>

BRASIL. Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005. Altera a Lei 8.080. **Jusbrasil**.

Brasília, DF, vice presidente da república. Abr.2005. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96776/lei-11108-05>

BRASIL. Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da lei nº 7.210. **Ministério da justiça - mj; ministério da saúde – ms**. Brasília, DF, presidente da república. Mai.2009. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11942&ano=2009&ato=1feUzZE90dVpWT890>

CHAVES, L.H; ARAÚJO, I.C.A. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil.

Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, V.30(1), p. 1-22, jan. 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/7z5kcxDVhFkxsgJcGRRxQqv/>

CROSSETTI, M.G.O. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rngenf/a/9TrSVHTDtDGhcP5pLvGnt5n/?format=pdf&lang=pt>

DALENOGARE, G et al. Pertencimento sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V.27, n.11, p.263-272, jan.2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/v9Tp6ZmcN3ktQWCQz3n4nYt/>

FÉLIX, R.S et al. O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. **Rev enferm UFPE online**. Recife, out, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15187/24357>

FERREIRA, L. S et al. Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina. **Revista Cubana de Enfermería**, Havana, v33, n.4, 2017. Disponível em:

<http://scielo.sld.cu/pdf/enf/v33n4/1561-2961-enf-33-04-e1191.pdf>

OLIVEIRA, G.K et al. Intervenções de enfermagem nas adaptações fisiológicas da gestação. **Veredas FAVIP**, Caruaru, v3, n1, 2010. Disponível em: <http://blog.devrybrasil.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/109/224>

PASTANA, E et al. Tecnologia educativa em saúde sobre mudanças anatomofisiológicas Na Gestação e fases do desenvolvimento Embrionário: Experiência de monitoria em processos educativos em enfermagem. **Associação Brasileira Rede Unida**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/13CRU/13CRU/paper/view/5339>

SALES, A.C et al. Cuidado em Saúde Das Mulheres Grávidas Privadas de Liberdade: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 35, Salvador, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36114/23438>

SANTANA, A.T; OLIVEIRA, G.R.S.A; BISPO, T.C.F. Mães do Cárcere: Vivência de gestantes frente à assistência no pré-natal. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.40, n.1, p.38-54, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/778/1793>

SANTOS, R.M.A et al. Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v.52, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/tByFn7jQGQN8p48JRdfkYzD/>

SILVA, E. A. T. Gestação e preparo para o parto: programas de intervenção. O Mundo da Saúde. São Paulo, v. 37, n.2, p.208-215, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/gestacao_preparo_parto_programas_intervencao.pdf

SILVA, J. B.; MORAES, M, N.; BRANDÃO, N. M. L. S.; FREITAS, W. M. F.; SOUTO, R. Q.; DIAS, M. D. Mulheres em privação de liberdade. Narrativas de des(assistência) obstétrica. **Reme: revista mineira de enfermagem**, Belo Horizonte, v. 24, fev. 2020. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622020000100266

SOUZA, G.C; CABRAL, K.D.S; SALGUEIRO, C.D.B.L. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v.22, n.1, p.55-62, jan/abr.2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883543>